



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

Regimes_RC_e RV!_Precariedade_nas_Forças Armadas!

Têm sido notórias as dificuldades de recrutamento com que se deparam as Forças Armadas, tendo em vista ver satisfeitas as suas necessidades que se destinam - é bom lembrá-lo! - a assegurar o cumprimento das Missões que se lhes encontram constitucionalmente cometidas.

O MDN vem justificando essas dificuldades com a menor capacidade comunicacional estabelecida com os cidadãos alvo, mas todos sabem que não é disso que se trata, porquanto se repete o discurso desde os finais das décadas de 90, o que parece revelar a existência de um denominador comum com a sua génese nas últimas décadas na estrutura do MDN.

Com efeito, não é impunemente que se pede a esses cidadãos que façam um parêntesis na sua vida, oferecendo-se-lhes muito pouco em troca.

E quando esse muito pouco foi, ainda por cima, progressivamente reduzido de forma considerável, por um lado, e é sistematicamente incumprido, por outro...

Com efeito, aos candidatos é oferecido um quadro prometedor, que a prática vem revelar-se em toda a sua insignificante dimensão, raiando a fraude ...

Sucedem que os jovens que se deixam aliciar não se calam depois de caírem - os que ainda caíem... - no engano e passam a palavra sobre a realidade da sua experiência.

Por outro lado, para a esmagadora maioria é assegurada uma permanência nas fileiras até um máximo de seis anos, só alcançável se houver uma avaliação de mérito favorável.

E se, frustrados com o que lhes é oferecido, procuram sair da Instituição, terão, para isso, que indemnizar o Estado!!!!!!!.

No final do contrato espera-os, tão somente, a devolução à chamada sociedade civil: mais velhos seis anos, sem lhes terem sido facultados novos instrumentos que lhes permitam reintegrar-se profissionalmente e construir um caminho para a vida.

Com a saída de cada um desses militares reinicia-se um novo ciclo (vicioso!!!), preparando-se os que - cada vez em menor número - os vão substituir, processo que só termina quando a experiência dos novos elementos os torna realmente úteis. Mais, nesse contributo a servir nas Forças Armadas, as condições e garantias permitidas são diferenciadas de Ramo para Ramo. E os cargos e as funções que se lhes destinam não são

necessariamente direcionadas para as suas áreas vocacionais ou de formação académica sendo muitas vezes colocados na execução de tarefas indiferenciadas.

Onde fica então o aproveitamento dos que vão passando nas fileiras pela Instituição Militar? Onde fica a racionalidade organizativa de quem legisla sobre esta matéria e obriga a Instituição Militar a desperdiçar recursos e a gastar energias de uma forma tão absurda?

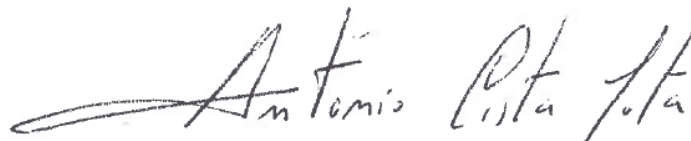
Estes militares, em regime de contrato e voluntariado, precários, servem acima de tudo para dar uma dimensão de Forças Armadas que não existe. Umas Forças Armadas que integram na sua estrutura orgânica um efectivo permanente de cerca de 15500 militares entre oficiais, sargentos e praças, distribuídos entre Marinha, Exército e Força Aérea, a quem se exige o cumprimento das suas missões, sem reservas, em todo o território nacional, no continente, nos arquipélagos e no estrangeiro, para responder às solicitações dos mais variados cargos, compromissos, tarefas e missões que lhes são determinadas. Um efectivo equivalente à assistência mais envergonhada de um estádio de futebol, ou ao número de funcionários de alguns dos municípios nacionais. E para disfarçar o engano, servem estes militares em “RP” (regime precário) de “claque” arregimentada, por pregões ilusórios, destinados a abrilhantar um cenário, a pretexto afinal, de outros e bons interesses, que não são os de Servir Portugal e os Portugueses, mas antes, para que alguns se sirvam.

Quando é que haverá um momento de reflexão, diríamos até da mais elementar lucidez, que ponha termo às fornadas de precários que vão existindo nas Forças Armadas?

É que, a manterem-se estas políticas erradas de despesismo e desconsideração pelas Forças Armadas e, muito concretamente pelas Mulheres e Homens que Servem Portugal nas Forças Armadas, os já de si gravíssimos problemas de efectivos tendem a agravar-se e isso não se deve a qualquer “falta de informação” mas sim, como vimos reiteradamente afirmando, por “informação a mais” no que concerne à acelerada degradação de condições de todo o tipo (remuneratórias, de assistência social, de assistência na saúde.....) e de expectativas de carreira dos militares.

Oeiras, 10 de fevereiro de 2017

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-coronel